



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

### Ata Reunião Comissão Gestão Prioritária do Primeiro Grau

No dia 09 de dezembro de 2012, às 10h, na sala 506-B deste TRT é realizada reunião da Comissão de Gestão Prioritária do Primeiro Grau, com a presença do Des. Francisco Rossal de Araújo, Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze, Juíza do Trabalho Andréa Nocchi, Juiz do Trabalho Marcelo Bergmann Hentschke, Servidor José Américo Ilha de Quadros, servidor Gabriel Pacheco dos Santos, servidor Ruy Bittencourt de Almeida Neto (representando o Sindicato por indicação), servidora Carolina da Silva Ferreira.

O Des. Francisco menciona a questão de atraso no prazo deferido pelo CNJ para implementação desta comissão, falando da necessidade de registro (ressalva) da questão do prazo, que seria de responsabilidade da Presidência, comunicando o CNJ. O Juiz Fioreze aponta que nenhuma responsabilidade pode ser imputada ao comitê. A Juíza Andréa sugere que sejam feitas reuniões até março, para realização do plano de trabalho, a ser enviado ao CNJ. É realizada uma minuta a ser enviada para a Ses. Presidente e designada a próxima reunião, para o dia 09/02/2015, às 16h e também para o dia 23/02/2015, às 16h.

É passada a palavra ao Juiz Fioreze, afirma que a resolução é voltada para a Justiça Comum e não para a Justiça do Trabalho e que a própria resolução já tem as diretrizes de atuação. A preocupação inicial é a coleta de informações, como uma preocupação atual, que é "os grandes litigantes", bem como as situações repetitivas. Também é necessário estabelecer os principais problemas e onde eles se localizam. O Des. Francisco afirma que é necessário cruzar os dados, como por exemplo do IMC ou o Anuário da Justiça do Trabalho. Como a comissão tem como intuito o primeiro grau, é necessário se estabelecer o que é atividade-meio e o que é atividade-fim, inclusive o que as entidades entendem em relação a isso, bem como em relação à presidência. Posteriormente, é necessário ver o que o público externo pensa da JT. Além disso, entende que deve ser trazido às reuniões o pessoal do orçamento, para se compreender melhor como funciona. O servidor José Américo diz que pode ser realizado um grande pacto com o Tribunal e as organizações externas, como advogados, leiloeiros, peritos, pois a resolução do CNJ está diagnosticando um estado febril do primeiro grau. Trata-se de uma oportunidade para melhorar as questões de dificuldade no primeiro grau, como o excesso de trabalho. O Juiz Marcelo menciona que a atuação do comitê será ampla, pois como abrange todo o primeiro grau, isso incluirá orçamento, capacitação, etc. Afirma ser necessário elaborar a atuação de acordo com as competências estabelecidas pelo CNJ, abrindo-se espaço para colegas e também conversando com advogados, para se saber os problemas. Afirma que é necessário se fazer um diagnóstico para se avaliar a implementação do Pje no Tribunal, pois depois de 3 ou 4 anos de implementação, até agora nada foi avaliado. Sugere que se trabalhe junto com outros comitês de outros Tribunais, pois hoje todas as decisões passam pelo CNJ. O CNJ estabelece várias competências administrativas para os Juízes, como juízes auxiliares da

Am 10



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

presidência e da corregedoria, além daqueles especializados em conciliação, devendo ser conquistado junto ao CNJ que esses cargos não sejam desviados da jurisdição, mas sim criados cargos específicos para tais funções administrativas. Menciona, ainda, as varas de difícil provimento, em que servidores e juizes não ficam muito tempo, havendo sempre problema de lotação. Afirma que é possível se criar um gabinete de juiz de primeiro grau por lei, como é feito dos desembargadores. Diz que, como primeira sugestão, é necessário saber a distribuição de cargos e funções entre o Tribunal e o Primeiro Grau. O Des. Francisco afirma que essa informação está pronta, pois foi solicitada pela AMATRA.

O servidor Gabriel afirma que vê que os servidores não estão motivados com o Tribunal, inclusive os gestores. Afirma que com maior motivação é possível melhorar o desempenho. Diz que vários setores estão sobrecarregados no primeiro grau e outros estão com pouco trabalho, de forma que poderemos resolver estas questões.

A Juíza Andréa afirma que os juizes de primeiro grau têm grande expectativa em relação ao comitê, e que precisamos melhorar a situação de distribuição de cargos e primeiramente deve ser feito um diagnóstico interno das situações de dificuldade. Afirma que há uma política mais aberta de ser ouvir o jurisdicionado, através do Fórum das Relações Institucionais e da Ouvidoria, por exemplo. Afirma que o comitê pode sugerir alternativas aos problemas de perda dos servidores mais qualificados para o Tribunal. Afirma que não se justifica que o assistente de direção de vara receba uma FC-4, enquanto que no TRT praticamente qualquer servidor recebe uma FC maior, com muito menos responsabilidade. É necessário se criar alternativas de motivação, talvez que não passem diretamente pela Função Gratificada, mas sim por reconhecimento ou outras formas que sejam sugeridas.

O servidor Ruy afirma que há cerca de um mês houve o maior congresso da história do sindicato, no qual foi tratado acerca da saúde e as condições de trabalho, quando foi definido que os servidores não toleram mais a lógica empresarial produtiva, implementada pelos Conselhos Superiores, pois isso tem trazido vários danos. Sabe-se que para cumprir meta, o Tribunal destaca servidores para fazer a transformação do arquivamento provisório em arquivamento definitivo. Se fala muito em atividade-fim e atividade-meio, o que vem dessa lógica empresarial que vem sendo impressa no TRT. Hoje há uma parte do Tribunal que está sendo terceirizada, como o atendimento ao usuário, em que os terceirizados não tem conhecimento para o atendimento, tendo presenciado o atendimento que era feito por um ou dois servidores da informática sendo realizado por cinco terceirizados. Afirma que o CSJT corta os cargos quando mandamos projetos de lei, mas também exige que as metas sejam cumpridas sem que nos dê estrutura. Talvez não seja possível "apertar" a área administrativa, para se levar mais servidores para o primeiro grau. Concorda com a Juíza Andréa, de que deve ser feito um levantamento interno, sem inicialmente, se ouvir os entes externos. Menciona que os servidores dos gabinetes estão pedindo mais servidores, mencionando que já perderam um servidor em 2011. O Des. Francisco afirma que não houve "perda", mas que

Am



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

houve uma reorganização dos cargos, quando ocorreu a criação de 12 cargos de desembargadores e que esses servidores ficaram "emprestados" aos gabinetes.

Afirma, ainda, que entende que é necessário sim se ouvir a sociedade, e não ficar somente "olhando para o próprio umbigo". É necessário ouvir o sindicato, ouvir a administração, para se estruturar como será cumprida a resolução. Diz que a resolução dá o caminho, pois estabelece que deve haver debate com o orçamento, com os setores de treinamento dos servidores, olhar para a saúde dos servidores. Diz que é necessário ver como está o PCMSO do Tribunal, se já foi implementado ou não, a questão de que o corpo médico do Tribunal não autoriza o uso dos dados dos servidores para isso.

A servidora Carolina afirma que pretende facilitar algumas ações do Comitê, pois estão finalizando o plano estratégico, e que no art. 4º, segundo e terceiro inciso da resolução estabelece que o comitê deve dialogar com as redes de governança. Dois encaminhamentos foram feitos e que o plano estratégico está direcionado diretamente para o primeiro grau, trazendo elementos para que se aproveite melhor as pessoas que estão trabalhando lá. Também foi decidido na RAE, que era demanda do sindicato, que é implementar uma avaliação após a implementação do Pje. Afirma que a cada reunião pretende trazer informações do setor de planejamento estratégico.

O Des. Francisco menciona que é necessário que o comitê receba as informações do plano estratégico do TRT, para que os objetivos do comitê sejam adequados.

Carolina informa que há um plano estratégico específico para a Informática. Afirma que as definições serão terminadas no dia 16 e que serão submetidas ao pleno em março.

O Juiz Marcelo fala sobre a questão do mutirão que está sendo realizado nas varas, sob o seu comando, como juiz auxiliar de execução e de conciliação de precatórios. Afirma que foi apresentado um projeto para adequar o trabalho ao número de servidores. Afirma que sabe quem fez a denúncia ao sindicato e que há 200 mil processos arquivados com dívida e que não são mexidos. Afirma que tinham lançados os 400 processos mais antigos arquivados com dívida e que o TST mandou cobrar e que foram quitados 200 com dívida.

Afirma que há um procedimento de que são feitas certidões de crédito de cada processo, a fim de que sejam cobrados conjuntamente, para facilitar o trabalho de execução, tornando o trabalho menos burocrático ou menos repetitivo. Diz que se está tendo cuidado para criar um ambiente razoável de trabalho e que a meta de 200 processos diários foi afastada por conta e risco do Juiz Marcelo.

Em resposta, o servidor Ruy afirma que não houve denúncia, mas que visitou o local de trabalho e questionou a que ponto chega a cobrança de metas e qual o avanço efetivo na qualidade de prestação jurisdicional.

O Des. Francisco afirma que recebeu informação da AMATRA, de que o Juiz indicado é o Rodrigo. Faz sugestões em relação à questão de quem lavrará a ata e sugere a comunicação através do Whatsapp.

Am



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

A juíza Andréa sugere que seja aberto um box no Vox, para que fiquem armazenadas as atas, os integrantes e as próximas reuniões. O Juiz Marcelo sugere que seja aberto um fórum para sugestões ao comitê.

Fica estabelecido que a parte instrumental das reuniões e de operacionalização será realizada pelo Planejamento Estratégico.

O Des. Francisco se candidata como coordenador da comissão, assim como o Juiz Fioreze. Os membros titulares escolhem o Des. Francisco como coordenador, ficando o Juiz Fioreze como suplente, por unanimidade.

O Des. Francisco questiona a necessidade de formalizar o requerimento dos dados ao Tribunal, o que os membros entendem ser necessário.

O Juiz Fioreze afirma que os dados que serão trazidos podem trazer a realidade atual e os futuros, que serão implementados.

O Des. Marcelo afirma que a possibilidade de ser implementar dois cargos de calculista em cada vara, através de concurso.

O servidor José Américo afirma que a bagagem de conhecimento em relação ao Tribunal é o que falam, mas sabe que há bolsões de ócio no TRT, em que não há uma carga de trabalho que se preencha uma jornada semanal completa. Afirma que é necessário que esse ócio temporário seja deslocado aos diretores do primeiro grau, para que estabeleçam o trabalho a ser feito nas varas. Afirma que está com 4 servidores a menos no momento, dois em férias, um que perdeu pois foi ser diretor de vara e um em LTS, sem perspectiva de volta. Afirma que o caso o segundo secretário especializado seja implementado, não há dúvida de que deverá sair da Secretaria e que ele irá fazer sentença e não analisar as impugnações da execução.

Tarefas que ficam estabelecidas para a servidora Carolina, que irá secretariar a comissão:

- fazer uma minuta com o requerimento dos dados sobre a distribuição dos cargos para o trabalho da comissão;
- cronograma de trabalho;
- marcar reunião dos titulares com a Presidente e a Corregedora (a cargo do Des. Francisco);
- providenciar um espaço no Vox (com atas e marcação das reuniões);
- minuta de ofício para CNJ, narrando o processo de instalação dessa comissão.

*Francisco Frainj*

*[Assinatura]*

*J. D. de L. P. O.*

*Recheo de L.*

*Galvão Souto*

*Carvalho*

*Marcelo Frainj*